

Balanço das eleições europeias e caminhos para uma esquerda forte

Das eleições europeias à luta contra o governo de direita

O Bloco de Esquerda teve um mau resultado nestas eleições, baixando de dois para apenas um mandato. O Bloco foi o partido mais votado à esquerda do PS e, juntamente com o PCP, que também perdeu um eurodeputado, garantiu presença no Parlamento Europeu. O Livre não elegeu e, com a queda do PAN, Portugal deixa de ter representação no grupo europeu dos Verdes. O PS, embora tenha descido de 9 para 8 mandatos face a 2019, manteve-se como partido mais votado nas europeias. A AD, um ponto percentual abaixo, mantém os 7 mandatos que PSD e CDS alcançaram em 2019. A novidade destas eleições foram os resultados de Chega e IL, sobretudo pela evolução face às legislativas de março. O Chega cai para metade, enquanto a IL obtém um crescimento significativo, alcançando ambos os partidos 2 mandatos. Somados, os partidos de direita e extrema-direita garantiram 11 mandatos (um crescimento de mais de 50%, face aos 7 mandatos alcançados por PSD e CDS em 2019).

Os resultados eleitorais em Portugal exprimem o refluxo da esquerda associado à recente viragem à direita. O campo da direita redefine-se, com o Chega a perder metade do seu peso percentual face às legislativas e reduzido ao patamar eleitoral da IL (único partido que cresce em número de votos face às legislativas).

Assiste-se à continuação do ciclo político aberto nas últimas eleições legislativas, na sequência dos quatro anos de governação pós-geringonça (dois deles com o PS em maioria absoluta) e do perfil da atual direção do PS, assumida herdeira do “legado de António Costa”. A pequena desvantagem do PS face à AD nas legislativas converte-se

agora numa pequena vantagem, sem que se altere o quadro de fundo. Neste contexto, o Bloco não se conseguiu afirmar como uma alternativa no campo da esquerda.

O balanço nacional destas eleições não deve ignorar o quadro europeu. O grupo europeu A Esquerda cresce nestas eleições e os partidos que protagonizaram este crescimento têm todos em comum o combate direto a partidos de extrema-direita que estão no poder ou condicionam claramente o poder. Este elemento de análise é muito valioso porque demonstra a capacidade de crescimento de partidos populares à esquerda, em condições especialmente difíceis e em cenário com perseguição política e medo social. Isto sucede apesar de estes partidos relatarem insucessos nos últimos anos de lutas sindicais e de outros movimentos sociais.

Face à necessidade de inverter o presente ciclo de redução do peso da esquerda e maioria de direita, o Bloco de Esquerda abrirá um debate político sobre o seu lugar como referência de uma esquerda moderna e unitária e para o combate ao retrocesso conservador e ultraliberal.

No último trimestre de 2024, o Bloco realizará uma Conferência Nacional, aberta a todos os militantes, dedicada à análise da situação política e à definição das responsabilidades da esquerda perante as eleições autárquicas do próximo ano.

Até à Conferência Nacional, o Bloco debaterá a sua intervenção nas eleições autárquicas, incluindo a sua política de alianças. O Bloco procurará criar condições para a eleição de vereadores comprometidos com programas de transformação da vida nos municípios. Debaterá também as convergências e alianças à esquerda necessárias para substituir executivos de direita.

O quadro pós-eleitoral e a construção de uma alternativa à esquerda na Europa

As eleições europeias de 9 de junho ditaram um Parlamento Europeu mais à direita. O Partido Popular Europeu (PPE), de PSD e CDS, reforça-se significativamente mas com um pendor mais reacionário. Social-

democratas e Esquerda mantêm posições, Liberais e Verdes têm perdas significativas. Se somarmos as várias direitas e a extrema-direita enfrentamos uma clara maioria liberal e ultraconservadora no parlamento.

Pela primeira vez, há 40 partidos de extrema-direita representados em Estrasburgo e, se a sua dimensão no parlamento é equivalente à dos social-democratas, têm hoje mais força nas instituições europeias. O seu papel chave em vários dos Estados da União Europeia, incluindo nalgumas das maiores economias da zona euro, tornam a direita extremada e extrema-direita forças decisivas na Comissão Europeia e no Conselho Europeu. Assim, e sem surpresa, a agenda dominante e anunciada é a do investimento militar, do regresso das regras de austeridade, de esvaziamento do pacto ecológico e de execução do pacto das migrações e conseqüente criminalização das pessoas migrantes.

Neste quadro, é significativo que Social-democratas e Verdes contribuam para um acordo quadripartido com Populares e Liberais no apoio à recondução de Ursula von der Leyen como Presidente da Comissão Europeia, acordo que inclui também o apoio conjunto à candidatura de António Costa à Presidência do Conselho Europeu. A participação do PS português neste acordo para a distribuição dos lugares de topo da UE entra em contradição direta com o discurso crítico sobre von der Leyen que foi marca da campanha europeia do PS. Como se vem demonstrando a cada eleição, esta “coligação governativa” social e ecologicamente regressiva não trava, antes reforça, o avanço da extrema-direita. Social-democratas e Verdes abraçam uma militarização europeia sem precedentes que usa a defesa da Ucrânia como pretexto para engrossar os super-lucros das indústrias privadas de armamento, pagas pelos impostos dos povos. Chamar a isto o “mainstream que consolida o europeísmo contra o extremismo de esquerda e de direita”, como diz Ursula von der Leyen, é abrir o caminho a Meloni e Le Pen. O Bloco de Esquerda e o grupo da Esquerda em que se integra serão a oposição a este acordo, em nome de uma alternativa ecologista, empenhada na reconstrução do contrato social europeu em torno do qual a Europa deve afirmar uma política de paz e progresso social.

O Bloco empenha-se assim no reforço da capacidade de atuação do seu grupo europeu, que cresceu e se constituiu como o campo da oposição

antifascista e da alternativa à austeridade. O grupo A Esquerda terá pelo menos 40 deputadas e deputados (tinha 37). Na sua reconstituição de início de mandato, o grupo debate a sua Declaração de Afinidade Política, os seus Princípios Éticos e o seu Regulamento Interno. O sumário do espaço político inclui a luta por outra Europa, de cooperação, progresso social, paz, solidariedade, igualdade, feminismo, justiça climática, proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Para além da rejeição do dogma neoliberal e das políticas anti migratórias e reacionárias, o conteúdo da Declaração de Afinidade Política deve estabelecer também a solidariedade à Ucrânia e à Palestina, apontando para a retirada de todas as tropas ocupantes.

Não é segredo que a invasão da Ucrânia pela Federação Russa trouxe contradições de monta ao grupo parlamentar, desde logo porque alguns partidos não condenaram a agressão e outros ainda tiveram posições de ambiguidade e neutralidade, mesmo que disfarçadas sob uma pretensa bandeira da paz. Vários desses representantes não foram agora eleitos e essas posições ficaram notoriamente enfraquecidas. O grupo parlamentar não deve tolerar ambiguidades, enquanto posições de grupo, sobre a solidariedade com a Ucrânia e deverá manter aberta a comunicação e o debate entre todos os opositores da NATO.

Ainda no âmbito do grupo parlamentar europeu A Esquerda, o documento sobre a Integridade dos eleitos demarca-se claramente de quaisquer práticas de tráfico de influências e fixa procedimentos de controlo. O Regulamento deverá acrescentar às normas de funcionamento uma alteração muito significativa. Visa-se ultrapassar uma dificuldade que bloqueou no passado muita da atividade do grupo parlamentar, ou seja, impedir que o veto de um só partido possa paralisar as decisões coletivas. Tenciona-se assim substituir a unanimidade do voto por uma maioria qualificada.

Em quaisquer circunstâncias, não aceitaremos no grupo parlamentar partidos ditos de esquerda mas com posições anti-imigração ou posições negacionistas da emergência climática, ou da necessidade de vacinas, ou simpatias com a ditadura de Putin, como é o caso da Aliança Sahra Wagenknecht (Alemanha) ou de alguns comunistas checos.

Os partidos da plataforma Agora o Povo são largamente majoritários no âmbito do grupo parlamentar A Esquerda. Esta plataforma engloba os eleitos de Partido de Esquerda da Suécia, Aliança de Esquerda da Finlândia, Aliança Vermelha Verde da Dinamarca, France Insoumise, Podemos e Bildu (Estado espanhol), Sinistra de Itália, Die Linke (Alemanha), Bloco de Esquerda, e o contacto próximo dos partidos animalistas da Alemanha e dos Países Baixos, ou do Sinn Féin da Irlanda.

O Bloco de Esquerda atuará para ter papel no grupo A Esquerda, de acordo com as orientações do manifesto eleitoral, mas não deixará de procurar alianças concretas com forças progressistas de outras formações, particularmente dos Verdes. As contradições neste grupo exigem a iniciativa de um debate sobre a escalada militar, as relações com o Estado genocida de Israel, bem como acerca dos recuos em curso na transição ecológica e social. É lamentável que os partidos que predominam no grupo Verde estejam colados à agenda da direita. É necessária a mais ampla unidade de luta e de mobilizações populares transversais à União Europeia.

O campo da esquerda verde europeia deve reforçar-se e organizar-se e o Bloco está empenhado nessa tarefa. O Partido da Esquerda Europeia (PEE) deixou de cumprir essa tarefa, vendo agora a sua capacidade política enfraquecida por uma fragmentação interna, fruto do sectarismo contra as forças da plataforma Agora o Povo, a que o Bloco pertence. O Bloco, que não pode mais rever-se nas formas de funcionamento do PEE, decide desfiliar-se deste partido e pretende constituir, na oportunidade possível, um novo partido político europeu, nos termos legais e por iniciativa da plataforma Agora o Povo. Este partido deve identificar com a maior clareza o espaço de esquerda socialista e ecologista e promover a formação e articulação para iniciativas e ações europeias. Um novo partido com proximidade ao grupo parlamentar já existente e que atue em coerência com as suas posições. Melhorar os sistemas de comunicação política é um desafio de enorme exigência para um partido partilhado, feito de muitos partidos nacionais e com múltiplas responsabilidades nos seus países e nas instâncias europeias, mas é uma tarefa fundamental para responder aos desafios com que a Europa está confrontada.